

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : \_\_\_\_\_

CLASS. : \_\_\_\_\_

DATA : 17 10 90

PG. : 11

# Tribunal critica política do País para Amazônia

**Tribunal dos Povos responsabiliza modelo econômico por violação do direito ao meio ambiente**

**REALI JÚNIOR**  
Correspondente

PARIS — O Tribunal Permanente dos Povos, reunido em Paris para tratar da destruição da Amazônia, decidiu responsabilizar o atual modelo econômico brasileiro, bem como o de governos anteriores, a partir dos anos 60, por graves violações dos direitos fundamentais e do direito ao meio ambiente. A acusação de genocídio contra comunidades indígenas, a mais grave, foi rejeitada pelo tribunal.

A sentença foi lida pelo professor de Direito Internacional, François Rigoux, durante solenidade na Maison de L'Amérique Latine com as presenças da primeira-dama francesa, Danielle Mitterrand, do prêmio Nobel da Paz, Adolfo Pérez Esquivel e do senador Severo Gomes. O deputado Fábio Feldman foi responsável pela acusação e o professor Miguel Soares pela defesa.

O tribunal não acatou a acusação da prática de genocídio contra os índios na Amazônia por não ter sido caracterizado o "elemento intencional". Mesmo assim, advertiu em sua sentença que, se medidas adequadas não forem rapidamen-

te adotadas para a proteção das comunidades indígenas, a "intenção de destruir" poderá ser demonstrada. Para o tribunal, outros elementos deste crime contra a humanidade, tais como ameaças à vida e à integridade das populações indígenas, foram demonstradas pela acusação. Por isso, o fato de não ter havido genocídio não quer dizer que os comportamentos denunciados tenham sido legais. O tribunal foi categórico ao afirmar que eles devem suscitar condenação e serem devidamente reprimidos.

Órgão da Fundação Internacional Lelio Basso e ligado ao Tribunal Bertrand Russel, que julgou a Guerra do Vietnã e a miséria da América Latina, o Tribunal dos Povos contou ainda com a presença do deputado francês Jean Michel Borgey. Ele falou sobre os problemas que a França enfrenta na Nova Caledônia e na Guiana, onde restam somente 2 mil ameríndios.

## BANCO MUNDIAL

A sentença final responsabilizou a Comunidade Econômica Européia (CEE), instituições financeiras internacionais e grandes empresas, brasileiras e multinacionais, estabelecidas na Amazônia. O Projeto Carajás, financiado em grande parte pela CEE, foi usado como exemplo. Outros projetos, que recebem finan-

ciamentos do Banco Mundial, tiveram consequências dramáticas para o Terceiro Mundo e seu meio ambiente, quando o papel deste banco deveria ser o de proteger os países em desenvolvimento, segundo o tribunal. Estas instituições financeiras, inclusive o Fundo Monetário Internacional (FMI), a CEE e os sete principais países industrializados, são tão responsáveis quanto o governo brasileiro pelo problema da Amazônia, pois transferiram seus próprios modelos econômicos, transformando os diferentes governos em meros instrumentos de manipulação, de acordo com o tribunal.

O advogado Dalmo Dallari disse que o Tribunal Permanente dos Povos não utiliza mais a palavra condenação, preferindo apenas responsabilizar os autores envolvidos com a destruição da Amazônia. Esta nova postura é para evitar uma confrontação direta, já que o objetivo é buscar soluções. Para Dallari, o atual governo brasileiro e os anteriores são igualmente responsáveis. Como exemplo, citou o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Cantídio Guerreiro, o definindo como "conhecido matador de índios, sem nenhuma sensibilidade para ocupar tal cargo num momento em que os problemas da Amazônia são acompanhados de perto por todo o mundo".